

GOMES, MÁRIO

*militar; rev. 1930; interv. PR 1946-1947; dep. fed. PR 1955-1956, 1957-1963 e 1964-1967.

Mário Gomes da Silva nasceu em Salvador no dia 20 de março de 1898, filho do general Júlio César Gomes da Silva e de Helena Saião Carvalho e Silva.

Fez os primeiros estudos no Grêmio Escolar de São João del Rei (MG), onde ingressou em 1906, e no Ginásio Espírito Santo, em Jaguarão (RS), no qual foi admitido em 1910. Sentou praça em 1914, ingressando na Escola de Intendência do Exército, no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano foi designado para juntar-se às tropas que lutavam na Guerra do Contestado, rebelião popular de cunho messiânico ocorrida na região fronteira do Paraná com Santa Catarina, cuja posse era disputada pelos dois estados. Embora houvesse enviado sucessivas expedições militares para debelar o movimento, o governo só conseguiu esmagá-lo definitivamente em 1916. Mário Gomes permaneceu na frente de combate até 1915.

Declarado aspirante a oficial em dezembro de 1923 e promovido a segundo-tenente em abril do ano seguinte, foi transferido para São Paulo quando da eclosão da Revolta de 5 de Julho de 1924. Liderados por Isidoro Dias Lopes, os rebeldes ocuparam a capital paulista por três semanas, deslocando-se depois para o interior. Unindo-se no ano seguinte a unidades militares sublevadas do Rio Grande do Sul, estacionadas no oeste do Paraná, esses rebeldes constituíram a Coluna Prestes. Mário Gomes lutou ao lado das forças legalistas, sendo promovido a primeiro-tenente em maio de 1925.

Participou da Revolução de 1930, lutando contra as tropas que permaneceram fiéis ao presidente Washington Luís (1926-1930) até sua deposição em 24 de outubro, quando tomou posse uma junta governativa provisória que, no mês seguinte, entregaria o poder ao chefe da revolução vitoriosa, Getúlio Vargas. Entre 1930 e 1932 serviu na Força Pública de Santa Catarina, tendo chegado a exercer a chefia da polícia por alguns dias. Nesse último ano, regressou ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, passando a servir no Regimento Andrade Neves. Participou ainda, ao lado das forças legalistas, da repressão à Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Em novembro desse mesmo ano foi promovido a capitão.

Em novembro de 1935 eclodiu a Revolta Comunista em Natal, Recife e no Rio de Janeiro,

sublevação promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) em nome do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). No Distrito Federal, a revolta restringiu-se ao 3º Regimento de Infantaria, à Vila Militar e à Escola de Aviação Militar, onde Mário Gomes participou da repressão aos rebeldes. Em 1937 integrou a tropa de ocupação de Santa Catarina, lotada em Criciúma, sendo promovido a major em dezembro de 1941. Em 1943 foi nomeado chefe do Estabelecimento de Fundos e de Subsistência do Paraná. Nesse mesmo ano assumiu o cargo de subdiretor de ensino da Escola de Intendência do Rio de Janeiro, sendo nomeado suboficial de gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Dutra.

Participou das campanhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália e integrou a comitiva que acompanhou Dutra em sua viagem à Europa em setembro de 1944. Em dezembro desse ano alcançou o posto de tenente-coronel, sendo designado no ano seguinte oficial de gabinete do novo ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Em 1946 tornou-se diretor-secretário da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da qual se afastou temporariamente para ocupar, em setembro seguinte, a interventoria no estado do Paraná em substituição a Brasil Pinheiro Machado. Permaneceu no cargo por um ano, tendo em sua gestão incorporado ao estado do Paraná o território de Foz do Iguaçu. Reassumiu o cargo de diretor-secretário na CSN em 1947, tornando-se em 1949 diretor-tesoureiro da empresa, onde permaneceu até 1953. Ainda em 1949, presidiu a Comissão Central de Preços.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pelo Paraná na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, em março de 1956 foi designado para ocupar o cargo de secretário da Fazenda no Paraná, durante o governo de Moisés Lupion (1956-1959). Permaneceu nessa secretaria até fevereiro de 1957, quando reiniciou seus trabalhos na Câmara dos Deputados. Durante essa legislatura integrou a Comissão de Segurança Nacional e, em abril de 1957, tornou-se vice-líder de seu partido na Câmara. Como tal, defendeu o governo de Juscelino Kubitschek, principalmente no caso da aquisição do porta-aviões *Minas Gerais*, na implantação das indústrias automobilística e naval e na transferência da capital para Brasília.

Reeleito em outubro de 1958 na mesma legenda, voltou a ocupar a vice-liderança de seu partido na Câmara a partir de setembro de 1962. Em sua atividade parlamentar combateu a

diretriz da política internacional implantada pelo presidente Jânio Quadros, manifestando-se contrário ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e ao apoio dado a Cuba em nome dos princípios da autodeterminação e da não intervenção. Nessa legislatura, segundo o *Correio Brasiliense*, defendeu o intervencionismo estatal — de modo a suplementar e corrigir os abusos da iniciativa privada — e o monopólio estatal do petróleo, dos minérios atômicos, das telecomunicações e da energia elétrica, apoiando ainda a reforma agrária cooperativista, com desapropriação dos latifúndios improdutivos. Integrou também a Ação Democrática, bloco parlamentar formado no primeiro semestre de 1961 com o objetivo de combater a infiltração comunista na sociedade brasileira.

Tentou reeleger-se para a Câmara dos Deputados no pleito de outubro de 1962, mas obteve uma suplência. Ao final de seu mandato, em janeiro de 1963, deixou a Câmara e assumiu a vice-presidência da CSN. Com a promulgação do Ato Institucional nº 1 (9/4/1964), editado pela junta militar que assumiu o governo após a deposição de João Goulart em 31 de março, permitindo punições extralegais de adversários do novo regime, foi convocado para integrar a bancada de seu partido na Câmara. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar, tendo permanecido na Câmara até janeiro de 1967.

Foi ainda presidente da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (Codebrás) e chefe do escritório da CSN na capital da República.

Faleceu em Brasília no dia 2 de abril de 1984.

Casou-se com Júlia Campos Silva e, em segundas núpcias, com Rosi Costa Gomes da Silva. Teve três filhos.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CAMPOS, Q. *Fichário*; CORRESP. BIB. PÚBL. PR; *Globo*, (3/4/1984); *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; NICOLAS, M. *Cem anos; Who's who in Brazil*.